

REPORTAGEM ESPECIAL*Livres da aftosa, mas sempre com estratégias para evitar a volta da doença*

Do pesadelo de Joia, no início dos anos 2000, à zona livre sem vacinação. Em 23 anos, o Rio Grande do Sul evoluiu muito no que diz respeito à prevenção, controle e erradicação da febre aftosa do seu rebanho, um trabalho árduo e que, graças a ele, permite ao Estado começar a colher os primeiros frutos.

Desde a retirada da vacinação, tem aumentado o recebimento de missões de países importadores, que visam creditar o serviço de defesa sanitária animal, apontando para a possibilidade de acesso a novos mercados ou abertura das exportações de carne com osso.

No entanto, apesar do cenário positivo, o estado de alerta é constante por parte do serviço veterinário oficial e dos criadores. A coordenadora Estadual do Programa Nacional de Vigilância para a febre aftosa da Seapi (PNEFA-RS), Grazziane Maciel Rigon, diz que as ações de prevenção da febre aftosa se baseiam em estratégias de educação e comunicação em saúde animal.

Toda essa responsabilidade é compartilhada entre a área pública e privada, em um sistema de vigilância sanitária formado por alguns componentes: “vigilância a partir de notificações de suspeitas de doença vesicular por produtores ou outros atores envolvidos na cadeia produtiva; vigilância ativa em estabelecimentos rurais e rodovias; vigilância em eventos pecuários e em estabelecimentos de abate através das inspeções na rotina ante e post mortem”, explica a médica-veterinária.

A vigilância em áreas livres possui os propósitos de demonstrar a ausência da doença e, havendo a reintrodução do vírus, detectá-lo precocemente. Em relação ao risco interno, ou seja, a ameaça de que o vírus ainda circule na região, todas as informações coletadas pelos dados de vigilância passiva, estudos sorológicos e outras atividades, demonstram que não há circulação viral na América. “São evidências robustas, com exceção da Venezuela, que é um risco desconhecido, pois não possui

reconhecimento de área livre e, logo, o risco de uma reintrodução não pode ser desprezado enquanto o vírus existir”.

A última ocorrência de febre aftosa no continente Americano foi registrada na Colômbia, em 2017. No Brasil em 2006, no Mato Grosso do Sul, e, no Rio Grande do Sul, a última ocorrência foi em 2001, sendo que a última etapa de vacinação no Estado ocorreu em abril de 2020.

O maior desafio é manter a cadeia produtiva sensibilizada quanto às formas de prevenção da doença, a reconhecer os sinais clínicos compatíveis com a febre aftosa e a importância de notificar qualquer suspeita o mais rápido possível à Inspeção de Defesa Agropecuária.

“A rápida detecção é fundamental para evitar a disseminação da doença e minimizar todos os tipos de impactos, sendo fundamental o papel do produtor rural e outros atores ligados ao ramo da pecuária como fonte de notificação de suspeitas”, acrescenta Grazziane.

Outro desafio é conscientizar

os produtores a respeito da importância da compra e venda de animais somente com a emissão da Guia de Trânsito Animal (GTA). Ela é o documento oficial para o transporte animal em todo o território brasileiro, só podendo ser emitida a partir de propriedades em dia com suas obrigações sanitárias, e fornece a rastreabilidade de rebanho (espécie, quantidade, origem, destino, finalidade, vacinações, entre outros), fundamental para o rastreamento epidemiológico em caso de reintrodução do vírus.

Há certa preocupação se os produtores estão devidamente sensibilizados quanto à importância de se manterem vigilantes em relação à doença. Uma das métricas que o serviço veterinário oficial usa para avaliação do comprometimento da comunidade é a quantidade de notificações de suspeitas de doença vesicular recebidas ao ano, no Estado. Esses números vêm se mantendo extremamente baixos desde o início da pandemia de Covid-19, em torno de 13 a 20, levando em considera-

ção a quantidade de propriedades com espécies suscetíveis no Estado, cerca de 337 mil.

“Sintomas simples, como animais babando ou mancando, já são passíveis de notificação. Sendo assim, pode-se considerar que ou há uma baixa sensibilidade dos produtores em identificar sintomas compatíveis com doença vesicular ou um baixo engajamento do setor privado em notificar casos suspeitos”, acrescenta Grazziane.

O gerente de fomento da Associação Brasileira de Angus (ABA), Mateus Pivato, diz que, dentro do controle sanitário dos rebanhos gaúchos, os criadores cumpriram com todos os protocolos necessários para que o Estado se tornasse uma área livre de Aftosa sem a vacinação.

“Os criadores de Angus que fazem genética, eles têm um controle muito grande dos seus rebanhos devido à questão dos registros de genealógicos, do acompanhamento desde o nascimento, desde o acasalamento desses animais que são bem acompanhados.”

MARCELO GÖCKS/SAPDR/JC



Vigilância e fiscalização são fundamentais para manter a proteção do rebanho bovino do Rio Grande do Sul e, caso ocorra a reintrodução do vírus, poder detectá-lo precocemente